

Congresso tem a sessão mais agitada do ano

VICENTE DIANEZI

Dividido entre sair de férias sem votar o orçamento da União e cumprir o dever legislativo mesmo sacrificando a campanha eleitoral, o Congresso Nacional viveu ontem a mais agitada sessão do ano. O presidente Nelson Carneiro (PMDB-RJ), ele próprio candidato a governador do Rio, patrocinou ostensivamente a tese de devolver a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o presidente Collor sem qualquer emenda e, mais grave, sem ser sequer apreciada pelos parlamentares. Embora pressionado pelos partidos de oposição, ele levou a proposta adiante, depois de conversar por telefone com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral. Passava das 7h da noite, quando o senador Carneiro leu um parecer pelo qual o Congresso não é obrigado a votar a LDO.

"É uma vergonha", esbravejou Euclides Scalco (PSDB-PR), líder tucano na Câmara. "Vossa Excelência serve ao Palácio do Planalto, não ao Congresso", acusou Tarzan de Castro (PDT-GO). Inconformados, os líderes de PSDB, PT e PDT anunciavam que iriam impetrar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra a decisão, relata a repórter Sandra Sato, da Agência Estado.

Durante duas horas muito tensas, líderes de governo e oposição discutiram uma alternativa ao encerramento decretado por Nelson Carneiro. Por volta de 23 horas, chegou-se a um acordo — em nome da preservação da imagem do Congresso. A sessão foi reaberta e passou-se, então, à discussão e votação em ritmo de urgência de créditos suplementares, anexados à pauta da própria LDO. Desse modo, passaram créditos de Cr\$ 10 bilhões para o Ministério da Ação Social, destinado ao Programa Nacional do Leite; Cr\$ 3,3 bilhões para o Programa de Alimentação Escolar; Cr\$ 5,1 bilhões, para o Tribunal Superior



José Ignácio (dir.), com Ibsen: "O governo não faz acordo".

Eleitoral — verba destinada à organização das eleições de outubro. Também passaram os Cr\$ 12 bilhões solicitados pelo governo para o programa SOS Estradas, apesar das muitas dúvidas levantadas a respeito de sua correta aplicação.

PDT interrompe a votação. Para verificar quórum.

Finalmente às 23h30, quando o plenário se preparava para votar a LDO, o PDT solicitou verificação de quórum. A manobra acabou comprometendo o prosseguimento dos trabalhos, pois não havia presença mínima. Parlamentares do PDT explicavam a seus atônitos parceiros de oposi-

ção as razões do pedido: o partido pretendia obrigar o Congresso a convocar sessão extraordinária do Senado, a fim de votar a lei salarial que concede reajustes mensais pela inflação até cinco mínimos, matéria aprovada pela Câmara na semana passada. Até a meia-noite, as discussões prosseguiram, sem qualquer perspectiva.

O senador Nelson Carneiro, no centro dos acontecimentos, parecia descontrolado — ele que dedicou os últimos dias à busca de um jeitinho para conciliar interesses seus e da maioria dos parlamentares, já com atenções voltadas para a campanha eleitoral. O recesso de julho não poderia ser decretado — diz o parágrafo 2º do artigo 57 da Constituição — sem que o Legislativo apreciasse a LDO, assunto de alta relevância.

Mas seu assessor Henrique Hargreaves encontrou o ponto de escape no parágrafo 9º do artigo 165 — que remete a questão para lei complementar, ainda inexistente — e produziu o parecer que Carneiro leu no início da noite, sob revolta da oposição.

Antes disso, nessa turbulenta segunda-feira, Carneiro já manobrou para decretar o recesso alegando falta de quórum para abrir a sessão conjunta do Congresso. Acontece que, por tradição, qualquer sessão é sempre aberta sem verificação de presença. Eram quase 7h da noite e o senador José Richa (PSDB-PR), que relatou para a Comissão de Finanças o projeto de LDO, incorporando cerca de cem emendas, protestou exaltado:

— Nós o elegemos presidente

do Senado e do Congresso, para moralizar e não para esculhambar o Poder Legislativo!

À tarde, já por falta de quórum, o Senado havia transferido para agosto próximo a polêmica em torno do projeto de política salarial, aprovado pela Câmara na semana passada. Da presença necessária de 38 senadores para fazer a votação, compareceram apenas 18. Mesmo assim, os políticos de oposição tinham a esperança de que o governo fizesse alguma proposta — e a matéria fosse apreciada e aprovada pelas lideranças partidárias. A decepção chegou com a entrada em plenário do líder do governo, senador José Ignácio (PST-ES), relata o repórter Flamarion Mossri, da AE.

Serra adverte: mais uma MP inconstitucional.

Acompanhado do senador Odacir Soares (PFL-RO), José Ignácio reuniu-se pela manhã, no Ministério da Economia, com a ministra Zélia e o seu assessor especial, Antônio Kandir. "Não há jeito porque o governo rejeita qualquer fórmula que implique em indexação salarial", explicou José Ignácio. O vice-líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), aproveitou o adiamento para angariar simpatias junto aos servidores públicos. Depois de se declarar favorável ao projeto da Câmara ele criticou os deputados por terem excluído da indexação os salários dos servidores civis e militares. "Peço que os deputados

corrijam essa injustiça em agosto e aprovelem nova proposição", falou da tribuna.

Com o adiamento da votação do projeto salarial no Senado, a medida provisória 193, que fixa as perdas salariais anteriores ao Plano e as regras para os futuros reajustes, poderá incorporar um abono para os salários até Cr\$ 11.571 no próximo dia 27, quando expira seu prazo de 30 dias de vigência e o governo será obrigado a reeditá-la. "Mas ainda não há uma decisão", disse o senador Odacir Soares à repórter Sandra Matos, da AE. "O governo precisa de tempo", ele acrescentou. O prazo necessário, segundo o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, é de 90 a 120 dias. "Nesse período o governo precisa evitar qualquer reindexação salarial para poder implementar seu programa econômico e obter alguns resultados significativos", ele disse ontem ao correspondente da AE, Reali Jr., em Paris, onde fez uma exposição a empresários franceses.

Enquanto o Congresso se debatia na falta de quórum, o governo editou uma medida provisória abrindo créditos suplementares para o Ministério da Educação (MP 194). "A suplementação é inconstitucional", denunciou o deputado federal tucano, José Serra (SP) em telefonema à ministra Zélia. E acrescentou: "Se o Congresso considerar legal essa medida, o governo não precisa mais enviar o orçamento para discussão no Legislativo". Créditos suplementares só podem ser concedidos pelo governo com prévia autorização do Congresso.